

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Data: 14 de abril de 2014

Horário: das 15h às 17h

Local: Sala 404

Participantes:

Desa. Rosane Serafini Casa Nova (Presidente da Comissão)
Des. Francisco Rossal Araújo (Membro da Comissão)
Desa. Maria Helena Mallmann (Membro da Comissão)
Daniel Nonohay (Representante da AMATRA IV)
Cristiano Bernardino Moreira (representante indicado pelo SINTRAJUFE)
Romy Bruxel (servidora da Assessoria de Gestão Estratégica)

Pauta:

1. O papel da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico;
2. Os projetos estratégicos da antiga e da nova versão do Plano Estratégico;
3. O planejamento estratégico a partir de 2015;
4. Considerações finais.

Comentários e deliberações:

1. O papel da Comissão no planejamento estratégico do TRT4

Dra. Rosane iniciou a reunião mencionando que no Relatório de Análise Crítica do Plano Estratégico referente ao período 2012-2013, elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica, foi citado que a função da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico estava esvaziada. Relatou que já havia exposto essa situação na reunião com o Comitê de Gestão Estratégica que aconteceu no dia 07/04/2014 e afirmou que isso irá mudar, já que as atribuições estão previstas no Regimento Interno do TRT e ela, como Presidente da Comissão, não deixará de exercê-las. Disse também que a Comissão irá contribuir com o planejamento estratégico do período 2015 a 2020, inclusive em relação aos projetos.

2. Os projetos estratégicos da antiga e da nova versão do Plano Estratégico

Dra. Maria Helena perguntou o que mudou entre as duas versões do Plano Estratégico. Romy mostrou lista de projetos, onde constam projetos nas seguintes categorias:

A) Atingiram seus objetivos e foram considerados concluídos:

Justiça mais próxima: foi elaborada proposta de alteração da jurisdição de alguns municípios, que estava na pauta da sessão do Órgão Especial do dia 11/04, mas foi retirado. Mesmo que as alterações propostas sejam aceitas, o percentual de municípios em que os usuários se deslocam menos de 70km até a sede não chegará a 100%. Para chegar a esse percentual, seria necessário criar outro projeto, com formas alternativas de acesso do jurisdicionado (como justiça itinerante, por exemplo) o que mostrou simpatia por parte dos presentes.

Consolidação do Escritório de Projetos Estratégicos: foi desenvolvida e publicada metodologia de gerenciamento de projetos.

Melhoria da Qualidade de Vida: com o projeto, passou a ser desenvolvido um conjunto de ações, como publicação do Clic Saúde, Ginástica Laboral, workshops sobre saúde, entre outras. Essas ações foram incorporadas pela Coordenadoria de Saúde, entrando na sua rotina. Por isso, deixará de integrar o Plano Estratégico e de ter o acompanhamento da AGE. Houve manifestações no sentido da inconveniência de encerrar um projeto na área de saúde. No entanto, foi esclarecido que as ações em andamento continuarão a ser desenvolvidas, embora não sob a forma de projeto estratégico.

Melhoria da Comunicação Interna: foi informado que a empresa de consultoria Santo de Casa apresentou extenso relatório, sendo que apenas um pequeno conjunto de ações foi executado.

Plano de Comunicação Externa: a Secretaria de Comunicação Social incorporou a elaboração de Plano Anual de Comunicação.

Otimização das Rotinas: estava vinculado ao trabalho de consultoria que estava sendo desenvolvido pela Escola de Engenharia da UFRGS. O trabalho contratado ficou incompleto, dificultando que o projeto atingisse seus objetivos.

Reestruturação Organizacional: restringiu-se à adequação do TRT4 à Resolução 63/2010 do CSJT. Dra. Maria Helena falou que a estrutura do TRT deveria realmente ser revista, citando a necessidade de criação de uma Diretoria voltada para a área judiciária de 1º Grau.

Relações Internas: foi criada a Assessoria Extraordinária de Relações Internas, que posteriormente foi vinculada à Secretaria de Gestão de Mudanças.

B) Deixarão de constar no Plano Estratégico, embora continuem em execução pela SETIC:

Implantação de Implantação de Solução de Apoio à Decisão (BI): Implantação de ferramenta informatizada para exploração de dados armazenados em sistemas de 1º e 2º graus e administrativos.

Comunicações Unificadas: Implantação de solução para fornecer novos meios de comunicação integrados.

C) Já estavam em andamento e irão continuar em 2014:

Processo Judicial Eletrônico: não houve comentários;

Atendimento ao Público: não houve comentários

Gestão em 1º Grau: Trata da definição de objetivos e ações a serem desenvolvidas pelas Varas do Trabalho para melhorar seu desempenho, e do acompanhamento dos resultados de sua implementação. Dr. Daniel entendeu que se trata de projeto de gestão de varas, e que um nome mais adequado para o projeto seria “Gestão do 1º Grau”. Disse que o projeto deveria ser expandido para todas as Varas e poderia, inclusive ser pautado no Encontro Institucional da Magistratura. Dr. Rossal complementou, sugerindo que poderiam ser definidas algumas normas gerais, que todas as varas deveriam seguir, e outras específicas da unidade, definidas pela própria equipe. Romy informou que o projeto ainda está na fase piloto e que para a próxima fase é possível fazer alterações, contemplando as sugestões da Comissão. Ficou encarregada de enviar e-mail com mais informações sobre o projeto à Dra. Rosane, que irá repassá-las aos demais integrantes da Comissão.

Sentença Líquida: não houve comentários.

Promoção da Saúde Ocupacional: há consenso, entre os membros da Comissão, em relação à importância do tema saúde para o TRT4. Há várias iniciativas em

andamento, e foi sugerido que elas sejam reunidas em um único programa. Cristiano informou que o Sindicato está desenvolvendo estudo na área da saúde, com foco nas unidades que já estão trabalhando com Processo Eletrônico.

D) Propostas de novos projetos, que iniciarão em 2014:

Reorganização do trabalho nas unidades com PJe: trata de implantar uma forma de organização do trabalho nas secretarias de vara que seja mais adequada ao trabalho com o processo eletrônico. Dra. Rosane ressaltou a importância do projeto.

Qualificação de Servidores: tem o objetivo de capacitar servidores com foco no conhecimento necessário para trabalhar com o processo eletrônico. Membros da Comissão concordaram que projeto é muito importante.

Agilização dos julgamentos: o projeto visa a desenvolver ações com foco no aumento do número de julgamentos, para atender às Metas 1, 2 e 6. Dr. Daniel afirmou que é imprescindível, para que o projeto tenha chance de dar certo, que haja a participação maciça de juízes. Dra. Maria Helena sugeriu que seja convidado um juiz de cada uma das 12 microrregiões do Estado.

Agilização da execução: não houve comentários

Distribuição da força de trabalho: não houve comentários

Oficinas de gestão para magistrados: não houve comentários

Desenvolvimento gerencial: não houve comentários

3. O planejamento estratégico a partir de 2015

Dra. Rosane informou que já está em elaboração o plano estratégico do Poder Judiciário Nacional para o período 2015-2020. Reforçou que no próximo ano o TRT4 irá rever o seu plano estratégico, de forma a alinhá-lo com o Plano Estratégico nacional, e que a Comissão irá participar do processo de elaboração. Dr. Rossal lembrou que o plano estratégico do TRT4 é válido até 2015, e que esse período deverá ser revisto, de forma a fazer com que o período coincida com o do CNJ. Foi ressaltado por ele que quando for elaborado o próximo plano estratégico deverá ser convidado um número maior de Diretores de Vara, de juízes de 1º Grau e de representantes do Sindicato. Lembrou que na ocasião da elaboração do primeiro plano estratégico foi realizado um *roadshow* por diversos municípios do interior do estado,

quando foram ouvidos peritos, advogados e público externo. Sugeriu que isso seja repetido quando o novo plano estratégico for elaborado.

4. Considerações finais.

Foi solicitado que a nova versão do Plano Estratégico não seja divulgada ainda, pois os membros da Comissão irão lê-lo e querem ter a oportunidade de fazer sugestões.

A próxima reunião da Comissão ficou agendada para o dia 09 de maio de 2014, em local e horário a serem confirmados pela Presidente da Comissão.